

Código de Ética e Conduta

dos Trabalhadores da DGAEP



ÍNDICE

ÍNDICE-----	2
INTRODUÇÃO -----	3
I - ÂMBITO -----	4
II - OBJETIVOS -----	4
III – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS -----	4
IV – COMPROMISSO PARA COM A DGAEP-----	6
V – COMPROMISSO PARA COM OS CLIENTES DA DGAEP -----	9
VI – RELACIONAMENTO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL -----	10
VII- PROFSSIONALISMO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO --	11
VIII – RELAÇÕES ENTRE DIRIGENTES E TRABALHADORES -----	11
IX – DISPOSIÇÕES GERAIS -----	12
X – PUBLICITAÇÃO -----	13

INTRODUÇÃO

A DGAEP tem como missão apoiar a definição das políticas para a administração pública nos domínios da organização e da gestão, dos regimes de emprego e da gestão de recursos humanos, assegurar a informação e dinamização das medidas adotadas e contribuir para a avaliação da sua execução.

Enquanto entidade pública, a sua atividade requer o mais absoluto rigor e transparência, conferindo a todos os que nela trabalham uma maior responsabilidade no que respeita à sua conduta e desempenho.

Tendo igualmente presente as expectativas acrescidas e cada vez mais exigentes dos cidadãos relativamente à conduta dos trabalhadores dos serviços públicos e, por outro lado, os dilemas éticos que estes eventualmente possam enfrentar no seu dia-a-dia, afigura-se da maior relevância dotar a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) de um código de ética e conduta (adiante designado por Código) promotor de uma gestão pelos valores éticos.

No âmbito da nova geração de códigos de ética e conduta, que postula um novo paradigma de abordagem comportamental, é privilegiada uma perspetiva fundamentalmente preventiva, de incentivo à adesão responsável dos trabalhadores às regras de conduta nele enunciadas, através de uma atitude de “compromisso”, em detrimento do enfoque sancionatório clássico, consagrado em sede de outros normativos legais de carácter disciplinar. Sendo os trabalhadores, pessoal e profissionalmente, responsáveis pelos seus atos, é em sede da consciência individual de cada um que recai o julgamento ético e moral dos mesmos.

Além da dimensão preventiva que perpassa o presente Código, não deixa também de ser reconhecida a sua importância no reforço e complemento das normas legais em vigor, designadamente da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, do Código do Procedimento Administrativo, bem como de outros diplomas.

Nesta conformidade, o presente código de ética e conduta, imbuído dos princípios e valores éticos tradicionais do serviço público, bem como dos valores atuais da responsabilidade social e ambiental, a ter sempre presente na praxis humana, pretende assumir-se como um instrumento orientador da conduta profissional e social dos trabalhadores, contribuindo, desta forma, para a dignificação da função pública, para a credibilidade e prestígio da DGAEP e, em último, para o reforço da infraestrutura ética da Administração Pública.

I - ÂMBITO

1

O presente código de conduta aplica-se aos trabalhadores da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), independentemente do seu vínculo contratual, função ou posição hierárquica.

2

São considerados trabalhadores da DGAEP, para efeitos da aplicação do presente código de ética e conduta, todos os que integram o mapa de pessoal da Direção-Geral e nela prestam efetivo serviço, bem como os que se encontram em mobilidade interna, peritos, consultores, estagiários, prestadores de serviços, na medida em que contribuem, uns e outros, para a prossecução da sua missão.

II - OBJETIVOS

3

O presente código de ética e conduta tem por objetivos:

- ① Orientar os trabalhadores sobre o comportamento expectável em matéria de integridade no exercício das suas funções profissionais, designadamente nas relações internas entre trabalhadores, na sua vida privada e com os clientes da DGAEP, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras de natureza ética e deontológica.
- ② Constituir um referencial de conduta a observar pelos trabalhadores no seu relacionamento interno e externo.
- ③ Contribuir para a afirmação de uma imagem institucional de rigor, competência e integridade.

III – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

De forma a contribuir para a afirmação de uma imagem institucional de competência, rigor e eficiência, os trabalhadores da DGAEP devem pautar o exercício da sua atividade profissional no respeito pelos seguintes princípios:

Legalidade

Os trabalhadores agem em conformidade com a lei e as orientações dos seus superiores hierárquicos em sede laboral e procedem, no exercício das suas funções, de modo a alcançar os fins visados na legislação em vigor.

Fidelidade ao Interesse Público

Os trabalhadores exercem as suas funções ao serviço exclusivo dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Imparcialidade

Os trabalhadores assumem o compromisso de, em todas as situações, se pautarem por rigorosa objetividade e neutralidade, adotando uma postura de equidistância perante assuntos e matérias que possam envolver interesses não convergentes entre os diversos interlocutores.

Independência

Os trabalhadores atuam com imparcialidade e deontologia profissional no exercício das suas funções.

Igualdade

Os trabalhadores têm sempre presente na sua atividade profissional que todos os cidadãos são iguais perante a lei.

Responsabilidade

Os trabalhadores adotam uma conduta responsável que os prestigie a si próprios e ao serviço público, usam de reserva e discrição e comprometem-se a evitar quaisquer atuações susceptíveis de comprometer a reputação e o eficaz funcionamento da DGAEP.

Competência

Os trabalhadores adotam, em todas as circunstâncias, um comportamento correto e de elevado profissionalismo, em que a qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos e a eficiência no desempenho das suas funções são os atributos principais da sua ação.

Integridade

Os trabalhadores não podem, pelo exercício das suas funções, aceitar ou solicitar qualquer compensação, presentes, favor ou vantagem. Comprometem-se a usar da máxima lealdade nas suas relações funcionais, evitando gerar o descrédito dos serviços públicos e a suspeita sobre si próprios e sobre a DGAEP.

IV – COMPROMISSO PARA COM A DGAEP

4 Interesse público

Os trabalhadores, incluindo os autorizados a exercer outra atividade profissional em acumulação, comprometem-se a ter sempre presente o interesse da DGAEP, atuando com imparcialidade, deontologia profissional, seriedade, integridade e transparência, evitando originar descrédito para a Direção-Geral e para as funções que desempenham.

5 Dedicção

Os trabalhadores comprometem-se a utilizar todos os seus conhecimentos e capacidades no cumprimento dos objetivos e ações que lhes sejam confiadas.

6 Lealdade

Os trabalhadores assumem um compromisso de lealdade para com a DGAEP empenhando-se em salvaguardar a sua credibilidade, prestígio e imagem em todas as situações. Para tal, comprometem-se a agir com verticalidade, isenção, empenho e objetividade nas decisões a tomar em seu nome.

7 Aperfeiçoamento e atualização

Os trabalhadores assumem o compromisso de aperfeiçoar e atualizar, de forma contínua, os seus conhecimentos, tendo em vista a melhoria do desempenho profissional e a prestação de melhores serviços.

8**Responsabilidade ambiental**

Os trabalhadores comprometem-se a respeitar as normas ambientais existentes e a procurar nas suas ações, tanto quanto possível, reduzir eventuais impactos ambientais negativos.

9**Comunicação**

Os trabalhadores que tenham conhecimento de casos de fraude, corrupção ou práticas lesivas dos interesses da DGAEP, que possam ter consequências no âmbito da responsabilidade penal ou civil ou que possam afetar negativamente a imagem pública da Direção-Geral deverão denunciá-los tendo em vista o interesse público.

10**Prevenção de conflitos de interesses e incompatibilidades**

1. Os trabalhadores da DGAEP comprometem-se a evitar o surgimento de qualquer situação que possa conduzir a conflitos de interesses e conflitos institucionais, bem como a esforçar-se por ganhar e merecer a confiança e consideração dos cidadãos e serviços da Administração Pública. As situações de conflito de interesses são ponderadas numa perspetiva de prevalência do interesse público.

a) Existe conflito de interesses sempre que o interesse pessoal ou privado de um trabalhador em determinada matéria interfira, ou seja suscetível de interferir, com os deveres de imparcialidade e objetividade a que está obrigado no exercício das suas funções.

b) Entende-se por interesse pessoal ou privado qualquer vantagem de carácter financeiro e patrimonial, como também de ordem pessoal (favor), ainda que potencial para o trabalhador, seus familiares e amigos, no imediato como também no futuro.

2. Os colaboradores da DGAEP que, no exercício das suas funções, sejam chamados a participar em processos de decisão de questões em cujo tratamento ou resultado tenham um interesse pessoal ou privado devem abster-se de participar no processo e informar o seu superior hierárquico, observando-se em geral as proibições específicas previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

3. Não devem ser praticados atos ou adotadas quaisquer decisões unilaterais com impacto na esfera jurídica dos cidadãos por colaborador que se encontre numa situação de impedimento ou numa situação que possa constituir fundamento de escusa ou de suspeição.

4. Os colaboradores da DGAEP estão vinculados a declararem a inexistência de incompatibilidades, nos termos dos procedimentos e condições consignados na legislação em vigor.

11**Acumulação de funções**

1. Os trabalhadores da DGAEP privilegiam a dedicação exclusiva no exercício de cargos públicos, podendo acumular atividades remuneradas ou não remuneradas dentro das condições legalmente estabelecidas, sujeitas a comunicação escrita à Direção para verificação de incompatibilidades e autorização.
2. Os trabalhadores que se encontram em regime de acumulação de funções devem declarar por escrito à Direção que as atividades que desenvolvem não colidem sob forma alguma com as funções públicas que desempenham na DGAEP, nem colocam em causa a isenção e o rigor que pautam a sua atuação.

12**Reserva e discrição**

Os trabalhadores guardam sigilo sobre todos os factos e/ou informações respeitantes à atividade da DGAEP, que não se destinem à divulgação pública. A transmissão de informação tem subjacente o princípio geral de que só deve ter acesso a essa informação quem dela necessite para o seu desempenho profissional, não sendo utilizada em proveito pessoal ou de terceiros.

13**Racionalização de recursos**

Os trabalhadores comprometem-se a zelar pelos recursos da Direção-Geral, assegurando que os mesmos são utilizados de forma eficiente, racional e responsável e apenas no âmbito do exercício da sua atividade profissional.

14**Probidade e dignidade**

Os trabalhadores cumprem as suas funções com integridade e dignidade, evitando qualquer comportamento profissional e social, passível de comprometer o prestígio e a imagem da DGAEP.

15**Ponderação exclusiva do serviço público**

Os trabalhadores comprometem-se a não utilizar para fins e interesses particulares a posição dos seus cargos e os seus poderes funcionais.

V – COMPROMISSO PARA COM OS CLIENTES DA DGAEP

16

Qualidade e eficiência na prestação do serviço público

Os trabalhadores procuram cumprir as missões e executar as funções ou tarefas que lhes sejam confiadas com transparência, rigor e qualidade, através de processos simples e expeditos, de modo que as decisões sejam atempadas, ponderadas e fundamentadas.

17

Isenção e imparcialidade

Os trabalhadores têm presente que todos os clientes são iguais perante a lei, gozando do direito a um tratamento isento e sem favoritismo, nem preconceitos que conduza a discriminações de qualquer natureza.

18

Competência e proporcionalidade

Os trabalhadores agem de modo esclarecido e competente, tendo em vista garantir permanentemente que os direitos e interesses legítimos dos clientes da DGAEP são respeitados, que os deveres que lhes são impostos o são em termos justos e em medida proporcional aos objetivos a alcançar.

19

Cortesia e informação

Os trabalhadores são conscienciosos, corretos, corteses e disponíveis no seu relacionamento externo, procurando no contacto presencial, escrito ou telefónico esforçar-se por responder, ressalvando o dever de sigilo nos termos legalmente estabelecidos, de forma completa, rigorosa e oportuna às solicitações apresentadas. Caso não sejam da sua competência, o trabalhador orientará o cliente para o departamento ou serviço competente.

1. Os trabalhadores declinarão presentes, benefícios ou vantagens de terceiros, que possam pôr em causa a independência do seu juízo, a liberdade da sua ação e a credibilidade da DGAEP.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior as ofertas institucionais entregues ou recebidas por força do desempenho das funções em causa que se fundamentem numa mera relação de cortesia e que tenham valor insignificante.
3. Os trabalhadores da DGAEP combatem veementemente todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, com especial acuidade aos favores e cumplicidades que possam traduzir-se em vantagens ilícitas e que constituem formas subtis de corrupção.
4. Os trabalhadores da DGAEP exercem as suas funções e as competências que lhe forem atribuídas tendo sempre em conta, única e exclusivamente, o interesse público e recusando, em qualquer circunstância, a obtenção de vantagem pessoal indevida.
5. Os trabalhadores da DGAEP devem recusar-se a utilizar a sua condição profissional para obterem benefícios ou tratamento preferencial.
6. Os trabalhadores da DGAEP promovem ativamente a aplicação dos instrumentos em vigor de combate à corrupção, nomeadamente o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGAEP.

VI – RELACIONAMENTO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Nenhum trabalhador da DGAEP pode fornecer informações à comunicação social, por iniciativa própria ou a pedido, sem que esteja para o efeito, prévio e superiormente mandatado.
2. A quem for mandatado, as informações a prestar aos meios de comunicação social assumem carácter informativo, devendo a postura de quem as veicula contribuir para a boa imagem da Instituição que representa.

VI - PROFISSIONALISMO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL NO TRABALHO

22 Responsabilidade social

Os trabalhadores, no exercício da sua atividade profissional, comprometem-se a respeitar os valores da pessoa humana e da sua dignidade, pautando a respetiva conduta por valores éticos, designadamente de Responsabilidade, Integridade, Compromisso e Excelência (valores da DGAEP), o que contribui para a credibilidade do serviço público.

23 Solidariedade e cooperação

As relações entre os trabalhadores desenvolvem-se num quadro de permanente cumprimento dos deveres de respeito mútuo, solidariedade, urbanidade, lealdade, confiança, responsabilidade, colaboração, não discriminação de qualquer natureza e de observância das instruções emanadas dos superiores hierárquicos em matéria de serviço.

24 Sigilo

Os trabalhadores que, devido ao exercício das suas funções, têm acesso a dados pessoais de outros trabalhadores e pessoas comprometem-se a respeitar a vida privada e a integridade destes. Informação considerada confidencial não pode ser transmitida a terceiros não autorizados.

25 Proteção da saúde

Os trabalhadores assumem o compromisso de evitar práticas que ponham em risco a sua saúde e dos demais trabalhadores.

VII – RELAÇÕES ENTRE DIRIGENTES E TRABALHADORES

26

Os dirigentes comprometem-se a encorajar os seus trabalhadores a desempenhar as respetivas funções de forma eficiente e com qualidade, apreciação mútua, respeito e cooperação, visando o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia dos mesmos.

27

Os dirigentes procuram, igualmente, assegurar relações de trabalho harmoniosas, promover o espírito de equipa, a motivação dos seus trabalhadores e o reconhecimento do mérito, num ambiente de plena afirmação do primado da competência e da valorização das pessoas.

28

Os dirigentes comunicam claramente aos seus trabalhadores o que se espera deles em termos de trabalho e dão *feedback* sobre a qualidade do respetivo desempenho profissional, numa perspetiva de melhoria contínua.

29

Aos dirigentes compete proporcionar aos trabalhadores na sua dependência a informação e promover a formação/autoformação necessárias àquele efeito.

30

As relações hierárquicas aplicam-se unicamente a instruções de natureza profissional, abstando-se os dirigentes de pedir aos seus colaboradores a realização de tarefas de natureza privada.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

31

Os trabalhadores da DGAEP estão vinculados ao disposto no presente Código e, no âmbito da sua atualização, podem propor, sempre que julguem oportuno, iniciativas que contribuam, designadamente, para o reforço dos objetivos de confiança, probidade e integridade.

2. A violação das normas éticas e de conduta constantes deste Código, por parte dos trabalhadores, deve ser reportada superiormente podendo os mesmos incorrer em responsabilidade disciplinar nos termos legais e regulamentares aplicáveis às infrações praticadas.

X – PUBLICITAÇÃO

32

1. A Direcção promoverá a adequada divulgação do presente código de ética e conduta, de forma a consolidar a interiorização dos princípios e valores éticos pelos trabalhadores e a adoção dos comportamentos no mesmo estabelecido.
2. O presente código, bem como todas as suas atualizações, além de divulgado a todos os trabalhadores será igualmente objeto de publicação no portal da DGAEP.

33

Visando esclarecer eventuais dúvidas dos trabalhadores em termos de conduta profissional e social expetável e a evitar, no âmbito do presente código de ética e conduta, é criada a figura do consultor ético da DGAEP.

Entrada em vigor - O presente Código de Ética e Conduta entra em vigor no dia 1 de novembro de 2018.

Lisboa, 19 de outubro de 2018

A Diretora-Geral



(Joana Ramos)